

Nota orientadora sobre férias e respectivo subsídio, no âmbito do Código do Trabalho

1. Contratos a termo com duração total inferior a 6 meses

Os contratos a termo com duração total **inferior a seis meses** determinam para os trabalhadores seus titulares o direito a um período de férias equivalente a **2 dias úteis por cada mês completo de duração de contrato** e a um subsídio de férias correspondente a esse mesmo período, devendo o gozo das férias ter lugar no momento imediatamente anterior ao da cessação do contrato, salvo acordo entre o trabalhador e a Empresa.

***Nota :** Para o cálculo do número de dias úteis de férias a atribuir, só se consideram os períodos de **prestação efectiva de trabalho**, convertidos em meses completos.*

2. Contratos a termo com duração igual ou superior a 6 meses mas inferiores a 1 ano

- 2.1. Os contratos a termo cuja duração seja de **seis meses ou superior, mas inferior a um ano**, não sendo previsível a sua renovação, determinam para os trabalhadores seus titulares o direito a um período de férias equivalente a **2 dias úteis por cada mês de duração de contrato**, com o limite **máximo de 20 dias úteis**, e a um subsídio de férias correspondente a esse mesmo período.

***Nota :** Para o cálculo de dias úteis de férias a atribuir consideram-se meses completos de duração do contrato.*

- 2.2. O gozo das férias só terá que ter lugar **após 6 meses completos** de execução do contrato.

***Nota:** Para a contagem de meses completos de execução do contrato, só se consideram os períodos de prestação efectiva de trabalho, convertidos em meses completos.*

- 2.3. Nos contratos de duração igual a 6 meses, não sendo previsível a sua renovação, o gozo das férias deverá ocorrer no período **imediatamente anterior ao da cessação**, sem prejuízo de poder vir a ser acordado outro período anterior, por razões que se prendam com conveniência de serviço.

- 2.3. Estas regras são aplicáveis quer o contrato tenha o seu início e o seu termo no decurso do mesmo ano civil ou em anos civis subsequentes.

3. Contratos a termo com duração igual ou superior a 1 ano e contratos sem termo (por tempo indeterminado)

3.1. Contratos com início de execução entre Janeiro e Maio, inclusive

- 3.1.1. Os contratos cuja duração seja de **um ano ou superior** determinam, no ano da admissão, o direito a **2 dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato de trabalho**, até ao **máximo de 20 dias úteis** de férias, nesses mesmo ano, e a um subsídio de férias correspondente.

***Nota :** Para o cálculo do número de dias de férias a atribuir consideram-se meses completos de duração do contrato.*

- 3.1.2. O gozo das férias só terá que ter lugar **após 6 meses completos** de execução do contrato.

Nota: Para a contagem dos **meses completos de execução do contrato** só se consideram os períodos de prestação efectiva de trabalho, convertidos em meses completos.

- 3.1.3. As férias devem ser planeadas e gozadas até 31 de Dezembro do ano do início da execução do contrato.
- 3.1.4. Contudo, por falta de planeamento da Empresa ou por acordo entre a Empresa e o trabalhador, poderão as férias ser gozadas, no todo ou em parte, até **30 de Junho** do ano civil subsequente ao do início da execução do contrato, **em acumulação com os dias úteis de férias** vencidos a 1 de Janeiro desse mesmo ano.

3.2. Contratos com início de execução entre Junho e Dezembro

- 3.2.1. Aplica-se a regra do ponto 3.1.1., supra.
- 3.2.2. Contudo, dado que o período de **6 meses completos de execução do contrato** pode impedir o gozo das férias no ano da admissão, o trabalhador poderá gozar, no ano civil subsequente ao do início da execução do contrato, as férias não gozadas, em acumulação com as férias vencidas em 1 de Janeiro desse ano, **mas com o limite máximo acumulado de 30 dias úteis**; o subsídio de férias será o correspondente ao período de férias gozado.

Nota : Para a contagem dos **meses completos de exercício do contrato** só se consideram os períodos de **prestação efectiva de trabalho**, convertidos em meses completos.

4. Período de transição – Ano de 2004

- 4.1. Às admissões efectuadas entre Janeiro e Novembro, inclusive, do ano de 2004, é aplicável o regime dos A.E..
- 4.2. Os trabalhadores admitidos no dia 2 de Dezembro de 2004 adquirem 2 dias úteis de férias, desde que verificados os requisitos legais.

TAP Serviços / RH

(José. M. Rocha Pimentel)
2005.04.21